

**SABERES MARGINAIS, FRONTEIRAS
EPISTÊMICAS, (DES)COLONIZAÇÃO
INTELLECTUAL: reflexões para além do sistema
mundial colonial/moderno**

MARGINAL KNOWLEDGE, EPISTEMIC BORDERS,
INTELLECTUAL (DES) COLONIZATION: reflections
beyond the modern / colonial world system

*Mércia Miranda Vasconcellos CUNHA**

SUMÁRIO: Considerações iniciais. 1. “Civilização e colonização”; 2. A discursividade dominante; 3. A colonialidade epistêmica; 3.1. A prisão do conhecimento; reprodução da dominação. 4. Epistemologia liminar. Considerações finais. Referências.

RESUMO: O presente trabalho propõe uma reflexão crítica, a partir do conceito de colonialidade, de transmodernidade, de pensamento fronteiro, abordando que saberes considerados subalternos têm potencial epistemológico e podem ensejar reflexões importantes partindo de outros pontos de vista, de outros nortes que não os hegemônicos. A produção do conhecimento está arraigada ao imaginário marcado pela colonização intelectual eurocêntrica cujo valor universal é incontestado pelos pensadores. Nesse contexto, o pensamento único ocidental monopoliza a leitura da realidade e, nesse viés, mesmo os autores críticos compartilham da visão unicista, reducionista, atrelada a determinados lugares, culturas, línguas aceitos pelo saber hegemônico. Se as teorias são feitas a partir das margens do sistema moderno/colonial sequer são consideradas. Os saberes marginais têm potencial epistemológico e, se revelados e relevados, podem ocasionar a expansão das fronteiras epistêmicas e permitir a libertação das correntes que amarram a busca do conhecimento a saberes sempre traduzidos, contados, repetidos, possibilitando a descolonização intelectual.

ABSTRACT: This research intends a critical reflection based on the concept of coloniality, transmodernity, border thinking, broaching that knowledge considered

*Doutoranda em Direito das Relações Sociais na UFPR, membro do NEFIL/UFPR, Procuradora do Estado do Paraná, coordenadora do curso de Direito – FANORPI. E-mail: merciamva@yahoo.com.br. Artigo submetido em 15/10/2013. Aprovado em 08/01/2014.

underlings have epistemological potential and can give rise to important reflections starting from other points of view, other than the hegemonic north. The production of knowledge is rooted in the imagination marked by intellectual colonization Eurocentric universal whose value is undisputed by the thinkers. In this context, the occidental single thinking monopolize the interpretation of reality, and this way, even the critics authors share the same vision, reductionist, tied to certain places, cultures, languages accepted by hegemonic knowledge. If the theories are made from the margins of the system modern / colonial are even considered. The marginal have knowledge epistemological potential, and if revealed and developed, can lead to the expansion of epistemic boundaries and allow the release of the chains that bind the approach of knowledge to knowledges always translated, counted, repeated, allowing the intellectual decolonization.

PALAVRAS-CHAVE: saberes marginais, saber hegemônico, (des)colonização intelectual.

KEYWORDS: underlings knowledges, hegemonic knowledge, (des)colonization intellectual.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A expansão de fronteiras geográficas e intelectuais vividas pelo homem europeu desde o século XV disseminou o poder europeu, exercido nas conquistas e ocupações, ocasionando a imposição do horizonte cultural, científico, religioso, econômico, político, ecológico ao resto do mundo, inaugurando a primeira hegemonia mundial: o sistema europeu, moderno, capitalista, central.

A partir de então as relações dominantes de poder abarcaram todas as dimensões da construção da sociedade e, paulatinamente, desenharam um imaginário, construíram simbolicamente as interpretações do mundo que se instalaram nas mentes coletiva e individual, criando uma visão de mundo externa, “de fora”, que internalizada, acabou por tornar-se autoconsciência. A ideologia hegemônica difundida com a colonização estabeleceu uma hierarquia política e intelectual entre o mundo considerado desenvolvido, civilizado e o considerado subdesenvolvido, a civilizar. Com isso, os países do Centro, elites econômicas e políticas passaram a produzir o discurso, a partir de referenciais por eles adotados, que é reproduzido, traduzido, nos países periféricos.

A discussão empreendida sobre variados assuntos leva em conta somente a experiência européia que, supostamente, se universalizou. O discurso tradicional ontológico, pois, parte dos Estados europeus, atrelado à racionalidade moderna, assim, o discurso é utilizado em realidades absolutamente diversas e é aceito como verdade sem, muitas vezes, a devida reflexão crítica. O discurso disciplinador, dominante, produzido pelo centro hegemônico cria consensos, muitas vezes fictícios, além de não contemplar a realidade da periferia excluída, sendo veículo

para a colonização do pensamento e da ação. O discurso, já pronto, dado, construído é utilizado em realidades absolutamente diversas e é aceito como verdade e, a partir dele é que os demais discursos são (re)produzidos e aqueles que não observam os mesmos nortes e princípios ou que são produzidos fora do lugar hegemônico de produção de conhecimento sequer são apreciados, ao contrário, são considerados subalternos e sobre eles pesa o rótulo da descrença e do preconceito que acabam por ocasionar a marginalização.

Nesse viés, toda a busca do conhecimento partiu do centro hegemônico e nele se desenvolveu. A racionalidade lógica européia efetivou a “leitura oficial” da história da humanidade, sendo que o povo “com história”¹ sabia escrever a história dos povos “sem história”. As reflexões empreendidas, desde então, levam em conta somente a experiência européia que, supostamente, se universalizou, tornando-se limitada, produtoras de uma epistemologia reducionista, alheia às múltiplas possibilidades do conhecer.

Entretanto, nas últimas décadas do século XX despontou na América Latina uma nova produção intelectual, com claro sinal de busca por formas alternativas do conhecer, de refletir, considerando a realidade contextual do lugar de produção do pensar, bem como a diferença colonial existente. Esse novo pensar, ciente da diferença colonial, questiona, dentre outros pontos, o caráter colonial do fazer-conhecer-saber e faz a opção descolonial da produção do pensamento que se constrói a partir de saberes não considerados pela hegemonia ocidental, marginalizados, ocultados, negados.

A opção descolonial surge da experiência do viver na exterioridade, nas fronteiras da dominação da diversidade pelo pensamento unívoco imposto pelo centro do poder mundial. O mundo sob nova ótica. Diferentes formas de ver o mundo, de interpretar e de agir sobre ele despontam a partir de múltiplas vozes, da pluralidade epistêmica, dos saberes subjugados que possibilitam novos pensares com potencial para outras epistemes que possam coexistir.

As reflexões no presente estudo buscam alternativas à matriz colonial de poder instaurada a partir do século XV. Para isso, utilizam-se os conceitos de colonialidade, transmodernidade, pensamento liminar, pensamento fronteiriço, categorias pertencentes à exterioridade epistemológica eurocêntrica, alheias à lógica da colonialidade.

1. “CIVILIZAÇÃO” E COLONIZAÇÃO

Entre massacres e lutas por sobrevivência, desenrolou-se a colonização da América. O homem branco, europeu, liberal, capitalista iniciou, a partir do século XV, a “civilização”, a “humanização” dos ignorantes, dos primitivos, dos inferiores, dos “não-seres”. Era imperioso que os valores europeus superiores fossem

¹ Termo utilizado por Walter D. Mignolo em: *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003

compartilhados com os bárbaros, a fim de civilizá-los. Civilizar pressupunha racionalizar todos os setores da vida como ciência, política, direito, tecnologia, economia. Desde então, os povos “bárbaros” vivenciam um processo de colonização, ramificado em diversas vertentes, que impôs o desconhecimento de si, além de desprezo, desconfiança e desdém pelo Outro.

No processo de “civilização” o diferente foi inserido na unidade e na identidade ocidental, o que resultou em violenta erradicação das alteridades nativas. Para justificar a dominação, a idéia de civilização é desenvolvida como oposição ao conceito de barbarismo, vinculando os povos periféricos que deveriam ser conquistados e civilizados, a fim de superar a existência, até então, “selvagem”. A oposição é o combate. O diferente era considerado como ameaça e, dada a posição “inferior” não era sequer sujeito, muito menos racional, por isso, foi colonizado, re-identificado geográfica, social e culturalmente.

Nesse contexto de dominação colonial, as relações desenvolveram-se entre os sujeitos e os não sujeitos, entre colonizadores e colonizados. Do centro, poder e dominação, da periferia, exploração e subjugação. A Europa ocidental era o centro do controle do poder, do desenvolvimento do capital e da modernidade/ racionalidade, bem como a própria sede do modelo histórico avançado de civilização. Assim, as realidades diversas foram submetidas ao mesmo pensamento, à mesma história – na qual somente as experiências européias importavam – às mesmas perspectivas de conhecimento. (QUIJANO, 2006, p. 74)

Aníbal Quijano afirma que não é surpreendente que a América tenha admitido a ideologia eurocêntrica sobre modernidade como verdade universal, pois estes se arrogavam exclusivamente o direito de pensar em si e apresentar-se como representantes da América. A colonialidade, pois, implicou a invisibilidade sociológica dos não-europeus, índios, negros, mestiços, ou, segundo o autor, a maioria da população da América, em especial, da América Latina, a respeito da memória histórica, do imaginário, do conhecimento “racional”, enfim, de identidade. (2006, p. 78).

O êxito da lógica da colonialidade não se deu somente pela força física, estruturou-se também na dominação, exploração e exclusão na esfera da produção e reprodução do conhecimento. Para manter a invisibilidade e o silêncio dos “não seres”, foi fundamental o controle do conhecimento, dos saberes que mantêm e reproduzem subjetividades, assim o pensar é exercitado com ideias e argumentos previamente fornecidos pelos dominadores, que acentuam, consolidam as categorias, conceitos, visões do mundo colonizador. Para Walter Mignolo, o eurocentrismo não é conceituado somente em aspectos geográficos, mas também em aspectos epistêmicos e históricos, que permitem o controle do conhecimento e da subjetividade, ou seja, a colonialidade do ser e do saber, a partir das quais é possível controlar a economia, a política, o gênero, a sexualidade, a subjetividade. (2009, p. 257)

A idéia de modernização, de civilização e de progresso aos nativos,

considerados preguiçosos, carentes de dinamismo e de capacidade empreendedora, imperou nas relações do Ocidente, a fim de administrar a evolução política e social das colônias. Tal discurso transformou-se em regime de representação mundial após a Segunda Guerra Mundial e operou a mudança do colonialismo explorador – colonialismo –, para o colonialismo cooperativo – desenvolvimento.

El discurso del desarrollo es en su totalidad el producto de las sensibilidades políticas, institucionales y morales de la época posterior a la Segunda Guerra Mundial. Desde esta perspectiva, al colonialismo como sistema político-económico le sucedió el desarrollo, con una ruptura precisa em algún punto de los años cincuenta, cuando los territorios coloniales obtenían la independencia y se comenzaban a concentrar en la construcción nacional. (RAJAGOPAL, 2005, p. 77)

Atreladas, subjugadas à racionalidade dominadora, as colônias ibéricas nasceram subordinadas ao mercado e política externos, de onde provinham toda a renda e poder. Não havia interesse em cultivar algo duradouro nas colônias, ao contrário, a idéia era enriquecer a metrópole, dominar os povos, civilizar os bárbaros. Interessante destacar que, nas próprias colônias, as classes associavam-se ao sistema colonialista de domínio, com a intenção de tirar proveitos econômicos. A oligarquia preocupada com seus interesses particulares vinculava-se aos conquistadores, favorecendo a atuação desses.

Eduardo Galeano (2007, p. 172) salienta:

[...] as classes dominantes da sociedade colonial latino-americana não se orientaram jamais para o desenvolvimento econômico interno. Seus ganhos vinham de fora; estavam mais vinculados ao mercado estrangeiro do que à própria comarca. Donos de terras, mineiros e mercadores tinham nascido para cumprir esta função: abastecer a Europa de ouro, prata e alimentos.

A hegemonia colonial manteve-se além da dominação material – economia, autoridade, instituições – pela dominação epistêmica, pois o conhecimento pensado e difundido mediante o discurso propagado nas línguas oficiais, hegemônicas, foi fundamental para o controle da subjetividade. Tais “aparatos de hegemonia”, ao mesmo tempo em que são produto de uma ordem mundial estabelecida, produzem e reproduzem a mesma ordem, agindo de forma a normatizar, legitimar ideologicamente, cooptar elites dos Estados periféricos, absorver e funcionalizar as ideias contra-hegemônicas.

2. ADISCURSIVIDADE DOMINANTE

O mundo vem sendo descrito e teorizado sob um só foco, mediante uma só linguagem e forma de produção discursiva, sem a observância de várias realidades

empíricas existentes, experiências históricas. O olhar insere-se no sistema ocidental, é centralizado, homogêneo e cria o mesmo “imaginário dominante do sistema colonial/moderno”² para os mais diversificados contextos, sem observar as diferenças existentes. Tal forma de produção discursiva, baseada somente nas perspectivas hegemônicas, cria um discurso dominante nas situações dialógicas e dominador, sendo reproduzido, ainda que produzido com sob a intenção da crítica.

O discurso é avaliado a partir do *locus* de produção e da perspectiva sob o qual se assenta. O discurso sob a perspectiva europeia que se apresenta como universal domina todas as demais produções discursivas, o que implica necessariamente na reprodução do “mesmo”, do pensamento dominante, justificando, via de consequência, a dependência e a própria dominação. A afirmação repetida, ainda que subliminar, de que a dominação é natural passa a fazer parte da cultura e a ser reproduzida pelo próprio oprimido que, aos poucos, tem a sua subjetividade esfacelada. Nesse sentido, Pablo González Casanova (2006, p.131) afirma:

Entre os dogmas ou crenças que as forças dominantes impõem estão os do “pensamento politicamente correto” que é o pensamento que não ameaça ou que fortalece a realização dos projetos dominantes. O pensamento “politicamente correto” é o que coincide com o pensar-fazer dos poderosos e com as mediações de seus interesses, de seus objetivos, de sua perpetuação, de suas necessidades, de seus oferecimentos e conquistas reais e virtuais, assim como o uso disciplinado de seus paradigmas, de seus textos, de sua linguagem, de sua retórica. Até a crítica ao sistema pode ser considerada “politicamente correta” se serve ao sistema à maneira de monitoração e retroalimentação que lhe permitam melhorar seus procedimentos para alcançar objetivos centrais.

A discursividade dominante enganosa dissimula, em nome da verdade, a presença de uma realidade de opressão e forma o senso-comum teórico, designando as condições de produção, circulação e consumo das verdades ideologicamente criadas. Perpetuam as conquistas, atrelam os conquistados ideologicamente, de forma tênue e despercebida, disciplinando-os a aceitação e vivência de seus paradigmas.

As produções de sentido do discurso criam versões do mundo abstraídas do seu contexto histórico e social, servindo ao poder e à opressão. Roland Barthes (2004, p. 11) chama a isso de discurso de poder “chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe”. Entende o autor que o poder está presente em toda parte, nos mais sutis mecanismos de intercâmbio social como nas modas, no senso comum, nas

² Expressão utilizada por Walter Mignolo em: Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

informações, nos espetáculos, nas opiniões correntes, nas relações familiares e privadas e não somente no Estado, nas classes, no grupo social.

No processo de colonização, Eduardo Subirats (2006, p. 123) destaca:

O discurso colonial subordina epistemológica, ética e juridicamente o existente a uma categoria inanimada de objeto e dominação como processo de objetivação. Eis aqui o núcleo racional do processo colonial moderno: processo de dominação indeferenciada do real; e processo igualizador da civilização;

Dussel (s.d., p. 190) observa que a consequência do discurso reprodutor é o silêncio, a ausência do diálogo, porque não se sabe falar de forma autônoma, sem reprodução do silenciamento, sem utilizar a mesma racionalidade que desprezou e silenciou os oprimidos mediante a colonização.

O poderoso, ao universalizar o pólo dominante, oculta ao que sofre o seu poderio a situação de oprimido, e com isso o torna irreal. A partir de sua irrealidade se auto-interpreta (já que o dominador introjetou no dominado sua própria interpretação abusivamente universalizada) como “naturalmente” dominado. Ou seja, o europeu, e por isso sua filosofia, universalizou sua posição de dominador, conquistador, metrópole imperial e conseguiu, por uma pedagogia inconsciente, mas praticamente infalível, que as elites ilustradas sejam, nas colônias, os subopressores que mantenham os oprimidos numa “cultura de silêncio”, e que, sem saber dizer “sua” palavra, somente escutem – por suas elites ilustradas, por seus filósofos europeizados – sua palavra que os aliena: os faz outros, dá-lhes a imagem de serem dominadores estando efetivamente dominados.

O discurso dominante justifica como universalidade a particularidade europeia e o discurso reprodutor mantém tal justificação, mitigando qualquer possibilidade emancipatória. A esse respeito, Dussel (s.d., p. 19) ensina:

Os filósofos modernos europeus pensam a realidade que se lhes apresenta: a partir do centro interpretam a periferia. Mas os filósofos coloniais da periferia repetem uma visão que lhes é estranha, que não lhes é própria: vêm-se a partir do centro como não-ser, nada, e ensinam a seus discípulos, que ainda são algo (visto que são analfabetos dos alfabetos que se lhes quer impor), que na verdade nada são; que são como nadas ambulantes da história.

A inteligência e pronúncia do mundo é tarefa para homens seletos. A Filosofia dominante, fruto do pensamento do mundo como dominação e como

identidade, não se ateve à experiência mundial, mas exclusivamente regional, do centro, porém, com pretensão de universalidade, negando as particularidades das outras culturas. Assim, a complexidade existente é abafada pela seleção e simplificação a partir da unidade e torna-se universal e o filosofar desvirtua-se como prática disciplinada imposta pelo colonialismo e como forma de disciplinar novos conhecimentos, tornando-os subalternizados.

A Filosofia europeia definia natureza humana dentro de critérios, modos de pensamento, de comportamento e orientação racionalista ocidental, minimizando as culturas invadidas, subjugadas à condição de não ser, legitimando historicamente a dominação dos bárbaros, sob o pretexto de modernização e civilização. Os pensamentos, até os de pretensão pós-convencionais, são éticas das minorias hegemônicas dominantes possuidoras dos recursos, da palavra, dos argumentos, do capital e dos exércitos e ignoram os dominados, afetados-excluídos, nas negociações responsáveis pela criação dos consensos válidos universalmente para o sistema vigente.

Ao atribuir-se autoridade ao conhecimento e discurso europeus, desenvolvidos segundo critérios, modos de comportamento e orientação da racionalidade europeia, desprezando as demais culturas, a Filosofia e o discurso ocidental legitimou-se historicamente a colonização. Aníbal Quijano afirma que houve a destruição de todo um mundo histórico e talvez tenha sido “a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou ao nosso conhecimento”. Além disso, após a eliminação de muitos dos mais importantes dirigentes, intelectuais, cientistas, artistas, houve uma continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes. (2006, p. 60, 61)

3.A COLONIALIDADE EPISTÊMICA

O imaginário colonial difundido pelo discurso oficial, hegemônico, tomado por verdadeiro, é possível por meio do monopólio epistêmico, a que Walter Mignolo chama de “privilegio epistêmico” (2009, p. 260). De fato, atrelar a produção e reflexão científica ao pensar dominante, à tradição colonial permite que as próprias ideias advindas das reflexões circulem no interior do sistema colonial do poder, do saber e da subjetividade, reproduzindo padrões de pensamento.

O conhecimento obtido com as ideias pressupostas, já definidas dentro da ótica colonialista, acaba ensejando imitação, repetição do conhecimento produzido no centro do conhecer e culmina, via de consequência, na aceitação da ideologia dominante centrada nas suas teorias, estudadas nas periferias do conhecer, e, inclusive, repetição, no contexto periférico, da dominação. É um conhecer passivo, à disposição da vontade de poder. A simples repetição acrítica do pensamento, das palavras, do discurso, é uma adesão à política dominadora, uma autodomesticação para que outros aproveitem os benefícios da opressão.

O oprimido, o dominado, pensa com os argumentos do opressor, dominador,

e não é capaz de criar argumentos próprios capaz de levá-lo à libertação. Os excluídos perdem o seu conteúdo crítico para tornarem-se descritivos e operatórios. Os valores da cultura dominante são incorporados, internalizados, e harmonizados com a ordem estabelecida por meio da assimilação do ideal passado pela educação acrítica, impossibilitando uma correta visão da realidade opressora.

O conhecimento³ é ordenado, conformado, apático, tolhido de criatividade, e pensa o pensar do outro, *discursa o discurso do outro, com os argumentos do outro e a enxerga a realidade própria a partir dos padrões do outro*. Esse pensar alijado aliena a verdadeira condição humana dos colonizados, fazendo com que esses se acostumem à experiência da colonização, como ela se apresenta, de modo a torná-la normal e até querida.

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 1984, p. 77)

O privilégio epistêmico que produz a reprodução do conhecimento ensina a cultura do dominador, auxilia na introjeção dessa cultura nos pesquisadores, nos cientistas que passam a perceber a realidade sob a ótica dos opressores, amoldam padrões, modos de vida, convencem-se de sua inferioridade, solidificando valores culturais de dominação, ensejando uma quase “aderência” à opressão. Há uma clara invasão cultural, antidialógica que serve à manipulação e manutenção da opressão, porque a visão “transmitida” já é uma visão deturpada, distorcida da realidade, na medida em que mostra a “superioridade” do invasor e a “inferioridade” do invadido. A produção e reprodução do pensamento dominante pelos próprios dominados ensejam a conformação com a situação colonial existente, que acaba por culminar em uma “cultura do silêncio”, em vez de auxiliar na transformação da situação opressora.

Ainda nesse viés, o conhecimento reprodutor e reproduzido acaba por propiciar que os oprimidos tendam a oprimir também, uma vez que reproduzem a opressão. Paulo Freire entende que (1984, p. 35):

³ A propósito do conhecimento, Paulo Freire (1984, p. 66) utiliza da expressão “educação bancária” para a educação reprodutora e salienta que, em vez do educador comunicar, ele faz “comunicados” e depósitos que os educandos recebem pacientemente, memorizam e repetem. Em outras palavras, a única margem de ação dos educandos é a de receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Não há criatividade, não há transformação, somente arquivos, depósitos e reproduções. Na visão bancária, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber, ensejando uma absolutização da ignorância, um falso saber. Seguindo esse raciocínio, a educação depositária, realizada a partir transferência de valores e conhecimentos, reflete a sociedade opressora e torna-se um ótimo instrumento de manutenção de conquista e dominação, com transmissão das idéias⁴ e dos argumentos daqueles que oprimem. A educação bancária integra o oprimido como tal na estrutura sistêmica opressora, educando a mentalidade para se conformar com a situação e não transformá-la e acaba sendo uma educação a serviço da desumanização. (FREIRE, 1984, p. 77)

Os oprimidos que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão com outro “conteúdo” – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre; pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem.

Assim, o privilégio epistêmico, bem como o rigor das fronteiras epistêmicas, gera a reprodução do conhecimento que, por sua vez sustenta a colonialidade no viés epistêmico, transformando os integrantes da sociedade em membros disciplinados de um sistema que os oprime e os nega. Imersos nas engrenagens da estrutura dominadora, os oprimidos temem a liberdade e, por isso, acomodam-se e adaptam-se. Disciplinados, mantêm a pseudo-ordem que os une à situação hegemônica de dominação.

3.1. A prisão do conhecimento

O conhecimento, notadamente, científico, além de ter limites e fronteiras bem delimitados, foi aprisionado em sua lógica, racionalidade, cientificidade. A ele coube a explicação da realidade. Segundo Boaventura de Sousa Santos, a ciência arrogou para si o privilégio epistemológico e opera autonomamente segundo suas próprias regras e lógicas para produzir um conhecimento verdadeiro ou tão próximo da verdade quanto é humanamente possível.

A verdade consiste na representação fiel ou, pelo menos, o mais aproximada possível da realidade que existe, independentemente das formas que assume e dos processos através dos quais é produzido o conhecimento que se tem dela. Uma vez criadas e estabilizadas as condições institucionais que garantem a autonomia da ciência, tal verdade e tal representação não estariam sujeitas ao condicionamento ou à manipulação por parte do mundo não científico. (2006, p. 138)

Assim, a ciência tornou-se a única explicação possível da realidade. A premissa da unidade permeou o conhecer que abstraiu as diversas possibilidades, realidades sociais e culturais, ontológicas e ainda assumiu a missão “civilizadora” dos povos inferiores. O conhecimento produzido sob o marco ocidental passou a reinar e a ser absorvido e reproduzido sob os limites certos da unicidade, homogeneidade e se universalizou, mantendo a hegemonia pela repetição do mesmo.

A reprodução do conhecimento ocorre, em boa medida, pela compartimentação do conhecer, pela submissão do trabalho intelectual à disciplina,

submetida a uma técnica específica, ao rigor, à exatidão, à clareza. Segundo Casanova, as possibilidades e limitações das articulações de conhecimento possuem raízes em Aristóteles e sua sistematização do conhecimento científico. Para o autor o estilo aristotélico demonstra o autoritarismo que faz da disciplina uma forma de dominação do conhecimento. (2006, p. 13/15).

Segundo Casanova (2006, p. 15):

A disciplina como autoritarismo pode se converter em uma “aprendizagem da ignorância” e em um freio ao enriquecimento das especialidades e da cultura geral. E mais: amiúde com o pretexto de lutar contra a indisciplina e pelo rigor, luta-se contra a indisciplina e contra as especialidades interdisciplinares que permitem alcançar maior rigor no conhecimento de relações opressoras e maior eficácia e ativação das relações e dos vínculos libertadores.

A compartimentação a especialização, a racionalização rigorosa importam um paradigma dominante, ainda, e suas forças impõem o “pensamento politicamente correto”⁵ que coincide com o pensar-fazer dos poderosos e com as mediações de seus interesses, objetivos, bem como a perpetuação desses, além de suas necessidades, conquistas, uso de sua linguagem, de seus textos, de sua retórica. A crítica nesse contexto também será “politicamente correta” se não denunciar o sistema dominação-apropriação ou, acaso denuncie, não contribua para um pensar-fazer alternativo do sistema que continua escravizado à normatividade hegemônica.

Qualquer manifestação fora desses limites sistêmicos é desestabilizada, subjugada, debilitada, desestabilizada, compreendida como falsidade conceitual e factual para o conhecimento e para o próprio conhecer. “A história racional da ciência viu-se acompanhada de uma história passional que a impedia de romper suas convenções”. (CASANOVA, 2006, p. 131 e 258). Esse aprisionamento sistêmico do conhecimento e sua manipulação pelas forças hegemônicas acarretaram a coisificação da pessoa humana, com o “uso humano de seres humanos (CASANOVA, 2006, p. 43), a exclusão da maioria da humanidade que vive na miséria e na ignorância.

4. EPISTEMOLOGIA LIMINAR

As histórias locais das várias realidades transformaram-se em história universal, sem a observância da pluralidade de vertentes, de acontecimentos, de forças e foram escritas e difundidas pelos povos que detinham o privilégio do conhecimento e o poder discursivo. Não obstante, segundo Walter Mignolo, nenhum desses discursos históricos observou a matriz colonial de poder e o conhecimento sempre foi instrumento para o controle e domínio dos colonizados, bem como era o

⁵ Termo utilizado pelo autor Pablo González Casanova.

fio condutor para a colonização nos outras esferas, tais como social, econômica, política, dentre outras. Sob esse aspecto, os povos subjugados pela colonização vivenciam um vácuo entre a história contada e as experiências vividas.

O pensamento ocidental possui limites epistemológicos bem definidos e não observa ou releva qualquer outro potencial epistemológico que não o hegemônico, notadamente o advindo de povos inferiores, bárbaros, sem cultura como os colonizados. Assim, potencialidades iguais vêm sendo subordinadas umas às outras pela colonialidade do poder, mantendo-se a diferença epistêmica colonial.

Diante desse quadro, bem como das exigências da realidade plural, criativa, há efetiva proposta de libertação, inclusive no viés epistêmico. Walter Mignolo entende que há escolhas, dentre elas a de pensar nas margens do sistema e a partir delas e adotar pensamentos liminares, fronteiriços, que estão antes e vão além dos pensamentos já conhecidos e aceitos, como futura ruptura epistemológica.

Segundo Mignolo (2003, p. 35):

Nossos objetivos não são a salvação, mas a descolonização e transformação da rigidez de *fronteiras* epistêmicas e territoriais estabelecidas e controladas pela colonialidade do poder, durante o processo de construção do sistema mundial colonial/moderno.

Não há proposta salvacionista, única, apenas apresentação e defesa de possibilidades, de alternativas para um novo pensar, fazer, criar, que considere as múltiplas potencialidades, realidades e que dialogue constantemente com os outros saberes em busca do aprimoramento do conhecer e ampliação das fronteiras do conhecimento. As diferenças coloniais invisíveis à produção do saber, aliadas à colonização, somente serão superadas mediante a produção de novos saberes, propostas de novas reflexões, cujos pensamentos advenham de um mais além do sistema e sejam ouvidos e considerados e possam proporcionar diálogos e, via de consequência, amadurecimento intelectual.

A produção intelectual e acadêmica ainda está presa aos legados europeus, às manipulações metodológicas, descartando qualquer outra possibilidade epistemológica. Os discursos ainda são ordenados e reproduzem figuras e argumentos criados pelo centro hegemônico. Disso resulta a continuidade da sujeição discursiva, epistêmica, de obediência ao poder colonial que se perpetua pela adesão interna de seus postulados pelos próprios colonizados.

O olhar somente sob a perspectiva eurocentrista bloqueia a percepção ampla das diversas experiências históricas e sociais, levando o pesquisador a aceitar somente uma verdade e, via de consequência, produzir um pensamento circular, com a reprodução do discurso do mesmo. Assim, a heterogeneidade histórico-cultural, as várias histórias vivenciadas no mesmo tempo, formas de existência social cujas procedências podem ser as mais diversas também devem ser observadas além da visão dual do pensamento hegemônico. Aníbal Quijano

entende que se deve liberar a “retina histórica” da prisão eurocentrista e re-conhecer a história (2006, p. 59).

A teorização sobre a produção do conhecimento, nesse viés, parte das margens externas do sistema colonial mundial, ou seja, alheia à perspectiva moderna eurocêntrica colonial, ciente da diferença colonial, da criatividade e potencialidade dos saberes silenciados pelo pensamento dominante. Nessa perspectiva, os saberes subalternos, marginalizados não são somente “culturas” a serem estudados, mas possuem potencial epistemológico a ser desenvolvido, capaz de produzir diálogo com os outros saberes, produzindo várias descrições, sob várias perspectivas, capazes de propiciar transformação epistemológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão implementada neste estudo pautada no pensamento descolonial buscou apresentar questionamentos inquietantes que causam desconforto e desconfiança sobre a produção circular do conhecimento, base de sustentação e solidificação da colonização – no viés do saber –, pela aceitação interna da subjetividade subjugada mediante teses que reproduzem os argumentos alheios, descontextualizados capazes de controlar o próprio pensar e viver.

O conhecimento deve servir à vida, à produção e reprodução da vida digna em comunidade. O conhecimento deve observar a diferença colonial, os conteúdos históricos soterrados pela vertente oficial da história, os saberes locais, descontínuos, desqualificados, desordenados e considerá-los da mesma forma que os saberes ordenados, contínuos, qualificados que dominam o próprio conhecer, propiciando um novo terreno epistemológico.

A diferença colonial, notadamente a epistêmica, deve fazer parte das reflexões empreendidas nos diferentes locais de produção de raciocínio, a fim de possibilitar novos nortes, nova dimensão epistemológica. O saber é acessado por meio de vários horizontes e não somente o hegemônico. As linguagens, múltiplas, devem dialogar, sem a intenção de conter a verdade. As diferenças não são meros potenciais de estudo, mas são pontos de partidas para novos estudos.

Para a construção do novo, a desconstrução é fundamental. Se o sistema dominante não é verdadeiro, nem válido, nem eficaz para a vida ou dignidade das vítimas, é preciso denunciá-lo, a fim de haver uma conscientização crítico-ética, momento em que a alteridade dos excluídos retira o véu da ilegitimidade e da perversidade do sistema de valores a eles imposto, permite a reflexão a partir de novos fundamentos, o diálogo substancial, com questionamento crítico e a superação.

Finalmente, para mudar, é preciso ousar. A mudança necessária não é somente o rompimento de cadeias, a readequação de discursos pré-existentes, a exigência de abertura no sistema, a reestruturação de instituições consolidadas, mas ruptura com a desumanização e a busca ao desenvolvimento de possibilidades positivas da vida humana.

REFERÊNCIAS

ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

BORON, Atilio A. *O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

BOURDIEU Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CABRAL, Amílcar. *Livro* <http://www.amilcabcabral.org/livro.pdf>, acesso em 05.03.2013.

CASANOVA, Pablo G. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUSSEL, Enrique. *Política de La liberación: arquitetônica*. Volume II. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

_____. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgar Lander (org): Clacso, 2005. P. 55-70.

_____. *Filosofia da libertação na América Latina*. São Paulo: Edições Loyola e Piracicaba: Editora Unimep, s.d.

_____. *Para uma ética da libertação latino-americana III: erótica e pedagógica*. São Paulo: Loyola e Piracicaba: Unimep, s.d.

_____. *Para uma ética da libertação latino-americana IV: política*. São Paulo: Loyola e Piracicaba: Unimep, s.d.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 46. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

JINKINS, Ivana (org). *Margem esquerda: ensaios marxistas n.15*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Margem esquerda: ensaios marxistas* n. 16. São Paulo: Boitempo.

LINERA, Alvaro Garcia. *A potência plebéia: ação coletiva e identidades indígenas, operares e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUDWIG, Celso Luiz. *A transformação da filosofia e a libertação*. Revista da Faculdade de Direito da UFPR n.º 43.

MIGNOLO, Walter. *La Idea de America Latina: la derecha, la izquierda y la opción decolonial* In *Crítica y Emancipación*, n. 2, primereiro semestre, 2009. P. 251- 276.

_____. *Histórias locais, projetos globais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgar Lander (org): Clacso, 2005. P. 227-278.

_____. *Os fantasmas da América Latina*. In *Oito visões da América Latina*. Adauto Novaes (org). São Paulo: Senac, 2006. P.49-85.

RAJAGOPAL Balakrishnan. *El derecho internacional desde Abajo: el desarrollo, los movimientos sociales y la resistencia del tercer mundo*. Bogotá: ILSA, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SUBIRATS, Eduardo. *Viagem ao fim do paraíso*. In *Oito visões da América Latina*. Adauto Novaes (org). São Paulo: Senac, 2006. P.87-146.

VITA, Alvaro de e BORON, Atilio A (orgs). *Teoria e filosofia política: a recuperação nos clássicos no debate latino-americano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Buenos Aires: Clacso, 2004.

